

Diário da Assembléia

Nºs 3.021 / 3.022

CURITIBA, 23 E 24 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quíelise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quíelise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíelise Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata 45.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 23 de Abril de 1974 (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Leopoldo Jacomet e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (37); achando-se ausentes os srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Antonio Costa — Antonio Maciel — Fuad Nacli — Ivo Rocha — Ovídio Franzoni — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 51-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 92-73, de autoria do Dep. David Federmann, que transfere a responsabilidade do D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Tibagi ao Município de Castro. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.** Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 365-74.
 Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 46.ª Sessão Ordinária
Realizada em 23 de Abril de 1974 (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Jorge Sato e Lázaro Dumont.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gariel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (37); achando-se ausentes os srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Antonio Costa — Antonio Maciel — Fuad Nacli — Ovídio Franzoni — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva — Ivo Rocha (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente.

Vítima de lamentável acidente automobilístico, faleceu no último dia 19, o estimado jovem Antonio Pereira dos Santos.

O jovem Antonio que para tristeza de todos os leopolenses, desaparece prematuramente, era filho de tradicional família, residente do Distrito de Primavera. Seu pai é o Vereador Iziquiel Pereira dos Santos, destacado líder político naquele Município de Leopólis, onde com inteligência e dedicação vem emprestando sua colaboração por três legislaturas.

O sepultamento ocorreu na cidade de Leopólis, onde toda a população compareceu pesada, homenageando com o seu último adeus, um dos seus mais queridos filhos.

Assim o Deputado que o presente subscreve, requer, uma vez ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo infausto acontecimento.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja enviado cópia do presente ao seu digno progenitor Vereador Iziquiel Pereira dos Santos e à egrégia Câmara Municipal de Leopólis.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1974

(a) — Rosário Pitelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais vem por meio deste expor o seguinte:

a) — considerando que neste mês de abril, a colheita de soja chega em seu "clímax";

b) — considerando que não existe comercialização, em vista do baixo preço estabelecido pelos compradores;

c) — considerando ainda que o produtor necessita de recursos imediatos para cobrir despesa de colheita e consequentemente maiores despesas com o preparo da terra, para o plantio do trigo.

REQUER: uma vez aprovado por esta Casa, seja enviado ofício ao excelentíssimo senhor Presidente do Banco do Brasil S.A., solicitando seja feito o financiamento do soja, em armazéns ou tulhas, obedecendo pelo menos, as bases do ano passado.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1974.

(a) — Rosário Pitelli

Continua sendo o assunto principal o problema do baixo preço do produto que trouxe ao Paraná a verdadeira esperança para o agricultor. Depois de tantos anos na luta incessante com o café, em que o lavrador sempre levou a pior parte, muitas vezes pelo seu baixo preço, e outras tantas, pelas pragas insistentes, o nosso agricultor descobriu o seu verdadeiro caminho: o soja. Plantado em técnica avançada e moderna, o soja deu ao Paraná uma nova dimensão. Imensas áreas de terras, inexploradas por longo período, acabaram cobertas pela planta de maior teor vitamínico até hoje conhecida. E o Paraná através do soja, cresceu e prosperou ainda mais, oferecendo ao lavrador uma justa recompensa pelo seu suor tantas vezes derramados em intermináveis dias na luta árdua da terra. Era a recompensa merecida daqueles que sempre amanharam a terra, com amor e carinho, enfrentando com humildade e perseverança todos os revezes que a própria natureza caprichosamente lhe reservava.

Venceram com glória e honradez, fazendo jorrar as mancheias o produto que está fadado em futuro próximo a suprir a fome da humanidade, tão apregoada em todo o mundo. O soja produzido neste rincão paranaense é de extraordinária pontencialidade. É o retrato vivo e indescritível do verdadeiro Paraná, que neste mês de faz vibrar e estremecer de entusiasmo, todos quantos se deparam com a extraordinária movimentação da safra de soja.

E no entanto, até o presente momento todo este futuro está seriamente ameaçado. Não há preço condizente com o custo da produção. É necessário que todas as medidas sejam tomadas para garantir ao produtor que não será forçado a entregar de afogadilho sua produção aos intermediários inescrupulosos, que se aproveitam do auge da colheita para adquirir a mercadoria a preços reduzidos. O lavrador precisa de melhores preços. A terra produz bem, mas o custo é alto.

Por isso é que solicitamos ao Banco do Brasil S.A., uma cotação maior para o contingenciamento da mercadoria, que ficará na tulha e nos armazéns, aguardando o preço justo.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de congratulações ao Doutor Ederaldo Soares, por sua eleição como Presidente da Associação dos Advogados de Londrina, extensivo aos demais membros da Diretoria.

Outrossim, solicita-se que desta decisão se dê ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1974.

(a) — Olavo Ferreira

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, de jovens alunas da Faculdade de Filosofia, de Ponta Grossa, que visitam esta Casa.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu declino da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Eu declino da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para o Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Antônio Belinati, terceiro orador inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Percorremos a Região de Ivaiporã e pudemos sentir a demora com que o Governo do Estado vem tendo na execução da obra asfáltica de Mauá, Faxinal, Jardim Alegre e Ivaiporã. Há 4 anos esta Casa já votou um Projeto de um Deputado do nosso Partido, de autoria do ex-Deputado Alencar Furtado, determinando o asfaltamento de Mauá a Ivaiporã; 4 anos depois, vemos, com tristeza, uma fila enorme de veículos não tendo condições de trafegar porque o asfalto até agora só existe no papel, no plano de obras do Governo do Estado.

Gostaríamos de, desta Tribuna, chamar a atenção para que o nosso Governo do Estado execute imediatamente uma obra que já está estabelecida por Lei, que já está com sua verba constando do orçamento geral do Estado para que, uma Região tão importante não fique abandonada, com o seu tráfego inviável nos dias de chuva e, quando não chove, há poeira insuportável, na Região de Ivaiporã.

Por último, queremos manifestar aqui o nosso desejo de sugerir, ao Congresso Nacional, para que seja criado, no Brasil, um Conselho de Propaganda.

É um absurdo o critério que algumas firmas comerciais estão adotando, na ganância de vender com maior facilidade os seus produtos; é o consumidor que, a cada dia descredita mais e mais dos anúncios comerciais, dado os absurdos com que são confeccionados os anúncios comerciais; com frequência vemos pela televisão e ouvimos, pelos rádios, algumas casas menos escrupulosas tentando iludir a boa fé do consumidor, anunciando que estão vendendo mais barato do que a própria fábrica, outros, escolhem "slogans" que ferem a boa formação e a tradição da nossa família paranaense. Ainda hoje verificamos em algumas estações de rádio um anúncio que nada mais é do que um diálogo com Satanaz, onde a firma, denominada Santa Marina

anuncia o seu produto usando, como chamariz da opinião pública, um diálogo com Satanaz.

Gostaríamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no Brasil o povo fosse menos enganado, menos iludido, que houvesse mais seriedade nos anúncios comerciais, que aqui fosse feito como nos Estados Unidos, onde a Coca-Cola pretendia fazer um anúncio que dizia que a Coca-Cola era consumida até no fundo do mar — para que ela pudesse injetar em rádio e televisão aquele anúncio, foi preciso que ela provasse que no fundo do mar era possível uma pessoa beber Coca-Cola. Aqui no Brasil não existe este Conselho e os abusos e os exageros com que são feitos anúncios comerciais, caem em descrédito as agências que trabalham no ramo comercial, e às vezes até as próprias firmas perdem a confiança de seus clientes. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Queremos aqui falar de dois assuntos que consideramos de grande importância. O primeiro deles, Sr. Presidente, já foi motivo de um ofício da Reitoria da Universidade de Londrina enviado ao Departamento de Estradas de Rodagem e que recebeu o n.º 115-2 e que, após estudos feitos quando da construção da Rodovia Celso Garcia Cid, que foi constatada a necessidade de um viaduto sobre o trevo que corta esta Rodovia em demanda à Universidade. Sr. Presidente, Srs. Deputados, o número de desastres que tem acontecido ali na passagem daquela Rodovia já poderia se considerar que ela se tornou uma das Rodovias, uma das passagens criminosas do Paraná. Quando nós temos o conhecimento de que perto de cinco mil universitários atualmente e que a partir de junho, 6.500 universitários estarão passando por aquela Rodovia, expostos a estes perigos, Sr. Presidente, apesar das inúmeras gestões feitas ao DER como homens do Governo que fomos, nós sentimos neste instante obrigados a vir a esta Tribuna e fazer uma solicitação de público ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DER, Paulo Procopiak Aguiar para que atenda a solicitação de 1922. Quantas vidas foram ceifadas pela falta do viaduto. Quantas pessoas foram sacrificadas pela falta deste viaduto. Poderia isto ser evitado quando da construção daquela Rodovia se fosse atendido o ofício da Universidade. E fazemos aqui um Requerimento ao Sr. Governador dizendo que quatro mil 371 veículos passam diariamente pela Rodovia, contando ali a estrada que liga a cidade de Londrina à Universidade. A "Folha de Londrina" traz aqui o desastre no sábado passado, uma Chevette com um poderoso Mercedes Benz, milagrosamente os seus ocupantes não saíram, tão feridos e graças a Deus não houve nenhuma morte, mas, Sr. Presidente, o estado em que o jornal publica a fotografia em que ficou o veículo, não sabemos mesmo como conseguiram sair vivos os ocupantes do Chevette. Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o nosso Requerimento pedindo que: (16)

"Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Emílio Gomes e ao Ilmo. Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Paulo Procopiak de Aguiar, encarecendo a necessidade da imediata construção de um viaduto na PR-72, à altura do campus da Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1974.

(2) — Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA: — A Rodovia Celso Garcia Cid, PR-72, de intenso tráfego, tem que ser atravessada pelos que demandam ao Centro de Estudos Universitários de Londrina. E o número deles é bastante elevado pois só alunos alcançam a casa dos 6.500. Estatísticas provaram que, diariamente, cerca de 4.371 veículos trafegam na passagem da cidade para o campus universitário, sem nenhuma segurança. Desde março de 1972, época da construção da rodovia, que há pedido nesse sentido, consubstanciado em ofício da Reitoria sob n.º 115-72, o qual após os estudos devidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem foi transformado em Projeto, mas sem início até agora. Os lamentáveis acidentes que ali ocorreram, como um recentemente, atestam a insegurança da travessia, justificando que esta Casa se manifeste reiterando o pedido feito pelo Reitor daquela Universidade.

Este é o Requerimento que nós vamos encaminhar à Presidência desta Casa.

E Sr. Presidente, outro assunto que nos traz a esta Casa é exatamente o resultado da visita feita pelo Sr. Governador do Estado a Campo do Mourão na quinta-feira próxima passada, quando naquela mesma oportunidade ocupamos a Tribuna e fazíamos o apelo até dramático para que o Governador do Estado e o Governo Federal, tomassem medidas imediatas que viessem atender as mais justas reivindicações do agricultor que produz o soja e que produz o trigo.

E o que podemos verificar é de que também o Sr. Governador encampou esta campanha, que nós poderíamos denominar como bem disse o nobre Deputado, se não me falha a memória, Iris Caldart, uma campanha que é uma verdadeira batalha da produção do Paraná. E o nosso apelo foi feito por toda esta Assembleia, não foi feito mais por um Deputado, mas por toda esta Assembleia, porque a Assembleia encampou o apelo por nós dirigido, e pelo Deputado Iris Caldart, também pelos Deputados Paulo Poli, Ivo Thomazoni e tantos outros Deputados que no momento me falha a memória. E o que podemos perceber, é que o Sr. Governador bastante sensível, foi para aquela reunião, e procurou de imediato, dar atendimento que pelo menos cabia ao Estado dar. E nós vimos aqui imediatamente que ele procurou, está procurando entrar em entendimento quanto ao Presidente da República e aos órgãos federais para que o preço mínimo do soja não seja inferior a 70 cruzeiros. E em segundo lugar, um financiamento do soja armazenada para que não seja obrigado o produtor a entregar o soja nas mãos das indústrias especializadas de beneficiamento, recebendo o valor de 20 cruzeiros e o fechamento do preço total a 30 de julho deste ano. Sr. Presidente, caso o financiamento, não venha de imediato e o preço mínimo também não venha de imediato, nada vai acontecer em 30 de julho em relação ao preço. E os agricultores serão obrigados a entregar por um preço que consideramos mínimo e que não atende inclusive o custeio gasto pelo produtor. Sr. Presidente, outra providência também muito importante foi a do financiamento da semente do soja para o agricultor. E uma preocupação também do Sr. Governador do Estado, foi para que o Banco do Estado do Paraná, de imediato, atendessem através de todas as agências, o financiamento para esta segunda cultura intercalada, o trigo. Antes de falarmos sobre o trigo, queria completar uma notícia que encontramos no jornal a "Folha de Londrina" um verdadeiro alerta ou quase uma complementação daquilo que dissemos em consonância com todos os srs. Deputados na última 5.a-feira.

"Produtores do soja pediram intervenção militar nas indústrias".

E quando dissemos que tais indústrias estavam sujeitas a verdadeiros trustes internacionais, estamos vendo que a lei em seguida àquele nosso pronunciamento, os srs. produtores vêm através de um memorial, três dias depois, dizendo que encaminharam um levantamento da campanha de auto suficiência nacional do trigo, em Campo Mourão. E os agricultores da região fizeram chegar ao Sr. Governador Emílio Gomes, para seu estudo e atenção, memorial com sugestões para contornar os sérios problemas que os afligem. Pelo teor do manifesto conclui-se que o maior problema dos produtores é a segurança abalada pelos poderosos grupos econômicos que comandam a comercialização, reduzindo o sucesso do produtor, quando não o anulando.

"Como consequência destas pressões previamente estudadas, organizadas e baseadas no conhecimento dos compromissos a serem cumpridos ao fim de cada safra — diz o manifesto — os produtores, especialmente os de pequena posse, são muitas vezes obrigados a ceder parte de seu produto, quando não todo ele, a preços que mal pagam seu custo médio, não deixam sobra e obrigam, no ano seguinte, a começar tudo outra vez".

"Argumentam que a rede industrial que vendem óleo à razão de aproximadamente Cr\$ 110,00 a caixa de 36 litros, no ano passado, com 2 matéria-prima custando no mercado o preço médio de Cr\$ 75,00 por saco, agora favorecida com o aumento de 33,4% não tem por que forçar a compra a Cr\$ 50,00 especialmente levando em conta que só o conseguirão à custa dos pequenos, que assim ficam cada vez menores, até desaparecerem".

O preço deveria estar sendo oferecido ao produtor não a 70, mas a 80 ou 90 cruzeiros.

O memorial continua. "Estes aflitos produtores acenam para o Governo, como gesto de absoluto interesse para eles, para a economia popular e para a segurança das previsões de safras, com a criação de uma Comissão do Soja Nacional, nos mesmos moldes da Comissão de Trigo Nacional (CTRIN)".

"Admitem ainda a opção da direta intervenção do Governo através do controle militar na indústria, como já ocorreu em outras áreas de produção, como medida de arrebanhamento de dados fiéis de produção industrial e disciplinação dos ganhos, de forma mais imediata e real, apesar de entenderem que a primeira sugestão seja a mais pacífica e conveniente".

Portanto, nos parece que foi bastante oportuno na última 5.a-feira quando levantamos a voz, nós e os srs. Deputados, aprovando aquele nosso Requerimento pedindo uma medida imediata do Governo Estadual e do Governo Federal.

O Governo Estadual, em Campo Mourão já tomou algumas providências em benefício dos produtores e pedem agora — e tenho certeza de que o Governo Federal irá atender as reivindicações do Governo Estadual — para que se necessário for até intervenção nas indústrias seja feita para que aquele aumento que foi dado às indústrias seja revertido em benefício do produtor.

Portanto estamos inteiramente de acordo com o memorial enviado por esta Comissão de Produtores de Soja e entregue ao Sr. Governador, que certamente terá o seu destino que é o Governo Federal, para as medidas cabíveis no caso.

Sr. Presidente, estamos verificando que o Sr. Governador do Estado já se preocupou com o problema do soja e também solicitou do Banco do Estado do Paraná que 92 Agências que operam com crédito rural fossem instruídas, desde o início deste mês, para aplicação de recursos disponíveis no custeio integral da lavoura do trigo. Tal operação é denominada "custeio integral", porque o lavrador recebe financiamento desde a aquisição do chadado insumo moderno, ou seja, sementes, adubos, sementeira e colheitas. Os recursos, portanto, são liberados parceladamente, conforme os orçamentos apresentados pelos lavradores e observados os organogramas de utilização. A atual fase é de liberação de verbas para aquisição de insumos modernos e preparação do solo. Na época adequada serão liberadas as demais parcelas. Para atendimento à demanda de crédito considerável e a sua capacidade de oferta, a Carteira de Crédito Rural do Banco do Estado do Paraná estruturou-se adequadamente, prevendo também um valor maior de solicitações, tendo em vista o incentivo concedido recentemente pelo Governo Federal com a fixação de 80 cruzeiros para o preço mínimo da saca de trigo. O Banco do Estado não se limita apenas à colocação de recursos, sempre que solicitado e quando o volume de crédito for além da complexidade exigida, procurará dar toda a assistência aos nossos lavradores, prestando assistência técnica direta à lavoura, através da ACARPA, Associação de Crédito Rural do Paraná e de outras três empresas com as quais o Banco mantém convênio.

O Sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Aproveitando a oportunidade do discurso de V. Exa., queria corroborando com V. Exa., dizer que o Banco do Estado muito tem feito pelos nossos lavradores. Mas, queríamos deixar patenteado aqui nosso apelo em favor de uma Região onde a presença do Banco do Estado não está sendo das melhores, é a Região Santa Cruz de Monte Castelo, cujos lavradores se lamentam pela falta de um melhor atendimento desse Banco. Porque, eles dependem da agência do Banco do Estado de Loanda, então nos escreveram pedindo que aquela agência de Loanda lhes desse um melhor atendimento. E digo isso a V. Exa., neste aparte, apenas para colaborar.

Quanto ao problema do soja, embora já tenha passado a oportunidade gostaria de dizer que os produtores, as indústrias, se queixavam do preço do óleo de soja. O Governo aumentou o preço do óleo comestível, e mesmo assim, mesmo com esse aumento, o abastecimento não foi solucionado. E pudemos verificar, em nossa Região, na Região que também V. Exa. e outros srs. Deputados representa nesta Casa, Londrina, e V. Exa. deve ter acompanhado esse episódio, quando os nossos supermercados só vendiam óleo de soja às donas de casa que adquirissem um ovo de Páscoa. O óleo já vinha embalado juntamente com um ovo de Páscoa, porque o ovo de Páscoa não tinha sido tabelado! Gostaríamos de fazer aqui uma reclamação, apesar do protesto do sr. Keiro Surmamoto que taxou de inverdades as acusações que fizemos de que as indústrias estavam retendo óleo para aumentar seu preço. Gostaríamos de lembrar que o preço subiu e o óleo continua desaparecido. E o nosso protesto, colaborando com o seu discurso.

O SR. OLAVO FERREIRA — Muito obrigado, lamento profundamente. Mas as declarações são do próprio Presidente da Federação de Óleos Comestíveis. Nada mais fez do que ler textualmente suas declarações sem omitir nenhuma palavra sequer, muito menos uma vírgula. Se V. Exa. declara que alguma coisa não é verdadeira, ele não está à altura de ocupar o cargo que está ocupando.

O sr. Antonio Belinati — Falo como comprador e V. Exa. também, é comprador, como toda a população de um modo geral quando vai ao supermercado para comprar óleo e não o encontra. Foi prometido que o abastecimento seria normalizado na semana passada e no entanto não o foi.

O SR. OLAVO FERREIRA — Nas declarações o ilustre Presidente da Fe-

deração de Óleos afirma que dentro de dez, vinte ou trinta dias este problema já estaria solucionado.

Realmente, Sr. Presidente, já encontramos o óleo nesta Capital. Tivemos em contato com várias pessoas no Oeste paranaense, no Norte Novíssimo, por assim dizer. Umuarama, Tapejara, Cruzeiro do Oeste, e elas nos disseram que há muito tempo não vêem uma lata sequer de óleo.

V. Exa. disse que quando da compra de uma lata de óleo era necessário fazer a compra de um ovo de Páscoa. Não entendi bem se eram obrigados, ao comprar uma lata de óleo, adquirir um ovo de Páscoa ou se vinha como brinde do Supermercado.

O Sr. Antonio Belinati — Vinha na embalagem.

O SR. OLAVO FERREIRA — Pensei que era um brinde do Supermercado aqueles que estivessem levando um produto tão valioso para sua casa.

Portanto, Sr. Deputado, gostaria que me desse seu apelo por escrito porque, logo após esta sessão, terei uma audiência com o Presidente do Banco do Estado e terei muito prazer em encaminhar seu apelo para que a Agência de Loanda atenda aos lavradores e agricultores de soja.

Esse o Requerimento que encaminho e mais esta complementação de congratulações com o Sr. Governador do Estado. Não é bem verdade quando dizer que os Deputados da Arena vêm à Tribuna para se congratular com o Sr. Governador. Não é bem verdade. Na última quinta-feira fiz um protesto violento, dos mais enérgicos. Hoje, tenho de estender minha mão em agradecimento ao Sr. Governador do Estado que foi a Campo Mourão e ao lado dos agricultores se colocou à disposição, tomando medidas que lhe dizem respeito no Estado e tomando para si a responsabilidade de ir ao Governo Federal a fim de transmitir as reivindicações daquela agricultura. Sr. Governador, muito obrigado. Este também é o papel dos srs. Deputados. O papel do Parlamentar não é apenas alertar e criticar e sim agradecer quando o Governo toma medidas necessárias.

O sr. Iris Caldart — Sou daqueles que continuam numa posição bastante diversa na questão da campanha do Sr. Governador a Campo Mourão.

Achei a campanha válida em um sentido, e imprópria em outro sentido.

Veja V. Exa. o seguinte: O produtor de todos os quadrantes do Estado, aquele que produz o soja está desolado, está desesperado, é uma verdade incontestável. Todo produtor de soja no Estado do Paraná, o grande produtor, o médio produtor e o pequeno produtor, todos estão desesperados, estão desolados porque a grande maioria está pagando prestações de compra de terras, uma grande parte está pagando, ou, uma grande maioria está pagando maquinária, implementos, a preços escorchantes que V. Exa. bem conhece, o nobre Deputado Paulo Poli também conhece, viu com seus olhos, esteve presente. O adubo, hoje custa 3 mil cruzeiros a tonelada, a inseticida hoje está a preço altíssimo, a formação de uma lavoura de soja hoje, custa três mais. Além desses compromissos sérios de pagamento de prestações de compra de terras, de maquinárias, de implementos, de empréstimos firmados com o Banco do Brasil, o custeio de uma lavoura de soja hoje está a um preço impossível, ao produtor e, o frete aumentou, sabe V. Exa. que na Região do Oeste, por exemplo, entre 10 e 20 quilômetros está se pagando 2.000,00 cruzeiros o transporte de uma saca de soja, acima de 20 quilômetros 3.000, até 50 e depois, gradativamente, o custo de colheita de uma saca de soja hoje é de 10 cruzeiros em saca, o mínimo.

Então se ponha V. Exa. no lugar desses produtores, nesta situação desesperadora em que o produtor está entregando o seu produto, o produto do seu suor, suor e lágrimas e lágrimas de sangue até. Não estou dramatizando, porque V. Exas. conhecem bem o que está acontecendo: está entregando o seu produto a quem? Ele está entregando a quem? Responda V. Exa. Ao trustee, já que V. Exa. não diz, eu digo.

O SR. OLAVO FERREIRA — Ao trustee, eu disse.

O sr. Iris Caldart — Ao trustee, sem preço, sem saber o que vai acontecer.

Por isto que eu digo que a campanha de Sua Excelência o Sr. Governador Emílio Gomes, ainda que bem intencionada é extemporânea, é uma campanha fadada ao fracasso total. Por que? Porque não se resolveram esses problemas. Esses colonos que incentivo e ânimo têm, de receber uma campanha de incentivo de produção de trigo, se eles, ao preço que está fixado atualmente terão prejuízo em plantar trigo, se o produtor, hoje, o colono, o pequeno, o médio, o grande produtor vier a apontar trigo a esse preço de custo, ele terá prejuízo nessa fixação de 80 cruzeiros?

Então eu tenho impressão que o Sr. Governador gastou uma nota regular para sair daqui com o seu natural e normal aparato, foi a Campo Mourão lançar uma campanha de produção de trigo, e, foi uma campanha extemporânea, infelizmente prejudicial para o Estado, sem proveito algum. Porque, com imposição que o Estado do Paraná tem e há de merecer no cenário federal, com imposição de um dos Estados que mais contribui para este Brasil grande, por que não se exige, porque não impõe a solução do problema da produção do soja primeiro para depois partirmos para outra produção, para outras campanhas?

Para nós, nobre Deputado, para nós da Oposição isto é louvável porque o que eu ouço em todas as Regiões do Oeste, do Sudoeste, do Centro e do Norte do Estado, é real, horrível. Esse camarada, eles dizem, com o respeito que nos merece com todo o respeito, principalmente nesta questão de S. Exa. que foi lá com boas intenções, com espírito paranaense, este camarada vem aqui fazer campanha de trigo quando estamos colhendo soja e não sabemos como vamos entregar o soja, se vamos ser ressarcidos da questão da nossa lavoura. O Estado do Paraná anda com a carroça na frente do boi. Isto aqui está tudo errado, há uma intranquilidade generalizada neste Estado, principalmente no seio desta classe operária, destes trabalhadores, dos funcionários que estão aí a ver navios ainda com esta estória da Mensagem que sobe e desce, vai e volta, está se falando à boca pequena que existem sérios atritos, sérias confusões. Veja V. Exa. que a nossa preocupação como homem de Oposição não é fazer demagogia, é pedir que se estabeleçam metas e condições de trabalho de produção, de esquema de produtividade, enfim que se ponha este Estado no seu devido lugar, onde merece e deve estar. Querida, nobre Deputado, com esta colaboração com V. Exa. porque se estas minhas palavras estarão aí nos Anais da Casa e de nada valerão para mim, porque elas não vão para a imprensa. V. Exa. sabe disto, eu sei não saem daqui, tenho a intenção de colaborar com o Paraná. Desculpe o discurso à margem do de V. Exa. e receba como contribuição a minha manifestação.

O SR. OLAVO FERREIRA — V. Exa., sempre brilhante, como é, não deu um aparte, deu realmente um discurso que valeu a pena toda esta Assembleia ouvir vindo como veio de V. Exa. Nós aqui tivemos oportunidade de fazer aqui na quinta-feira a denúncia dos trustees, compreendeu? Econômicos, os trustees aqui no Paraná. O soja. Tivemos a oportunidade aqui de

ler há pouco um memorial da Associação dos Plantadores de Soja, pedindo inclusive se necessário for, a intervenção militar nas indústrias, para que providências imediatamente fossem tomadas. Quer dizer, nós também comungamos com V. Exa. Só para terminar já terei o máximo prazer. O que nós apenas sentimos é que nós lemos os jornais como V. Exa. se expressou, ouvimos as previsões, todas elas, com bastante atenção, só vimos um pronunciamento de que a Câmara Federal se fez ouvir, se fez protestar contra uma situação das mais delicadas no setor agrícola do Paraná, mas não se ouviu uma notícia qualquer de que toda esta Assembleia tem se levantado para que se encontre uma solução por parte do Governador do Estado ou por parte do Governo Federal.

Sr. Presidente, srs. Deputados, ilustre Deputado Iris Caldart, quando eu digo meus aplausos ao Sr. Governador do Estado, eu prefiro que as medidas sejam tarde do que nunca, tarde do que nunca, ele se preocupou e tomou algumas medidas aqui com referência ao soja, são modestas porque são as nossas limitações estaduais, porque dependemos do auxílio federal, mas temos que admitir também preocupados, não mais tão tardiamente como V. Exa. diz que o Sr. Governador já tomou medidas com referência ao trigo, procurando seus órgãos, dentro daquilo que lhe é possível tomar. Agora, do Banco do Estado, como preparo da terra, como insumos, inseticidas, isto, aquilo dentro daquilo que é possível o Estado atender.

Permite-me, vou dar o aperta também ao nobre Deputado, não quero cometer mais injustiças nesta Casa.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Obrigado. Apenas eu gostaria, para que as coisas ficassem bem claras em termos daquilo que entendo uma política agrícola do Governo do Estado, quando se distingue o problema trigo e o problema soja. Em primeiro, o soja está sujeito a um mercado livre, sofrendo injunções de preços do mercado interno, e esta interferência que o nobre Deputado Iris Caldart marcou uma vez mais, também V. Exa. já se pronunciou sobre ela em vezes anteriores, qual seja, o controle pelos grandes trustees do mercado. Ocorre que o trigo não possui mercado livre. O agricultor planta o trigo, sabendo por quanto irá vendê-lo. Então eu acho louvável sob todos os aspectos, embora com grandes riscos, a política do Governo do Estado, porque não há como ocorrer, este estímulo do plantio se depois não se tem medidas compensadoras para o agricultor atender ou não ao estímulo. Porque ele sabe por quanto vai vender o produto. O único erro ou possibilidade de erro, o grande risco do Governo do Estado é que a lavoura do trigo, eu, que tive a oportunidade de juntamente com o Deputado Ivo Thomazoni, acompanhar no Sudoeste do Paraná, nos últimos dez anos, a evolução da triticultura, eu que na condição de gerente do Banco do Brasil, cabia a mim financiar estas lavouras, e sei que é uma lavoura de tremendo risco. Então o que vejo neste financiamento, é a possibilidade do Governo ter de arcar com os prejuízos dos triticultores, ou conduzir uma série deles, porque as dificuldades financeiras são insolúveis. Então, eu acho a campanha louvável, desde que o Governo esteja procedendo concientemente sabendo quais os sérios riscos, já que ele chama o agricultor e dá o financiamento integral, coisa que o Banco do Brasil não faz, que ele não vá depois num caso de frustração de safra, conduzir um número imenso de agricultor à penúria. Acho que estão correndo o risco de viver outra vez aquilo que viveu o R. Grande do Sul, há alguns anos passados.

O SR. OLAVO FERREIRA — Apenas para contribuir com seu aparte.

Está o Governador do Estado seriamente preocupado com isto. Tanto que diz aqui a nota.

“Está procurando manter entendimentos com o Governo Federal, sobre a necessidade da implantação do Seguro Agrícola, através da Pró-Agro. Justamente para que este fato não aconteça, sendo uma lavoura tão perigosa como é, o Banco do Estado está financiando integralmente, num insucesso que poderá acontecer, porque quem vive da lavoura, sabe perfeitamente que ele está procurando esta outra medida, se antecipando, para que o lavrador tenha o seguro e o Banco não seja prejudicado e muito menos o lavrador, a posição portanto, eu acho louvável.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Continuando com o aparte. O problema do trigo, já determinou a falência de uma experiência do Seguro Agrícola que foi a Companhia Nacional de Seguros Agrícolas. Porque lamentavelmente dizer que não existe média. As companhias são verdadeiras máfias. Elas apenas seguram aquilo que lhes convém. Se locupletam do esforço de toda uma Nação e na hora de arcar com os riscos sérios, fogem e não aceitam a incumbência. O caminho é o Governo Federal: o que for bom fica para os grupos, para os trustees e o que for ruim para o Governo. Acho que o Estado do Paraná não tem condições, com seus poucos recursos, de suportar a frustração da safra. Acho que é uma política arriscada e fico satisfeito do Governo ter tomado o passo de estipular o aumento de produção com a antecipação destas medidas. Congratulo-me, dizendo que há de se distinguir a comercialização do soja da comercialização do trigo, porque a comercialização do trigo é privativa do Governo Federal, através da CTRIN, que adquire o produto pelas Agências do Banco do Brasil.

O SR. OLAVO FERREIRA — Agradeço o aparte de V. Exa. e estou de acordo.

O sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quer dizer, nobre Deputado, que efetivamente há uma grande diferenciação entre produção e comercialização de soja e de trigo, mas estes dois produtos tem que ser vistos, têm que saber que são interligados, são interdependentes. Então, se há uma frustração na produção do soja, se o Governo não tomar uma medida como armazenamento do produto, segurança de um preço mínimo, intervenção neste trustee tremendo que é o trustee do adubo, dos insumos, do inseticida, se o Governo não der condições de financiamento, como é que vão renovar a lavoura, como é que pode haver no interregno, a safra intermediária, que é a aconselhada? Não há condições de se lançar a campanha do trigo.

Vi um Requerimento do Dep. Pitelli que versa sobre a atual safra do soja, mas o preço mínimo do Banco do Brasil é insignificante, não dá condições a que o produtor obtenha solução, em parte, de seus gravíssimos problemas atuais. Outra coisa também, nobre Deputado, infelizmente todos sabemos que o Banco do Estado por si só, como organização bancária creditícia, não tem condições mínimas para financiar uma lavoura no Estado do Paraná. Se não houver a presença decisiva do Banco do Brasil, a produção de trigo, de soja e qualquer outro produto no Paraná estará fadada ao fracasso. Considerando sempre que o Estado do Paraná é eminentemente produtor. É uma colaboração ao trabalho de V. Exa.

O SR. OLAVO FERREIRA — Obrigado pelo aparte. São perfeitamente válidas as ponderações de V. Exa., mas tenho que admitir que se o Governo afirma numa publicação que o Banco do Estado estará atendendo por suas Agências a todos os produtores de trigo, é porque a própria Diretoria do Banco do Estado deve ter entrosamento com o Banco do Brasil e deveria

saber perfeitamente qual o suporte do Banco do Estado para poder fazer face a tão volumoso empreendimento como é este, como é o financiamento aos lavradores. Tenho quase certeza que o Banco do Estado está perfeitamente entrosado com o Banco do Brasil para que não venha acontecer o que já aconteceu com o café.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente, nobre Deputado, devo cumprimentar V. Exa. pelo brilhantismo desse pronunciamento e também pelos alertamentos que considero válidos e dirigidos às autoridades responsáveis pelo setor da produção. Discordo do nobre Deputado Iris Caldart — apesar de quase sempre estarmos concordes — e em alguns aspectos, nos dois apartes que S. Exa. ofereceu a V. Exa., com brilhantismo, é bem verdade: primeiro, no que se refere a oportunidade da campanha lançada pelo Sr. Governador do Estado no sentido de aumentar a produção tritícola em nosso Estado. Veja, nobre Deputado, se no Sudoeste a época para o plantio não é esta, no Norte e Nordeste do Estado, já estamos na época do plantio de algumas variedades de trigo, aquelas, cujas colheitas se fazem até três meses antes das da nossa Região. E, como sabemos, é aconselhável a rotatividade de lavouras, soja, trigo, para evitar que a terra seja infestada — não sei se é esse o termo exato mas é o usado em nossa Região — pela umidade causada pela plantação da leguminosa. E o ciclo da cultura do trigo serve para corrigir o solo para o próximo plantio. Então, é aconselhável esse ciclo rotativo em nossas culturas. E já estamos na época do plantio do trigo no Norte e Nordeste do Estado. Mas, não era somente este aspecto que queria focalizar no aparte que o nobre Deputado Iris Caldart ofereceu a V. Exa., o nobre Deputado Sebastião Rodrigues, bancário que é, sabe perfeitamente bem que temos faixas próprias para financiamento à agricultura. O Banco do Estado tem recursos enormes provenientes do Banco Central que são até próprios de alguns depósitos que a rede bancária particular detém parcela para, especificamente, ser aplicada no desenvolvimento da agricultura. Então, acredito que o Sr. Governador do Estado quando se comprometeu a financiar integralmente a cultura do trigo sabia o que estava fazendo, não estava se lançando numa aventura. Mas, quem não corre risco, hoje, na agricultura do café, do trigo, do soja e mesmo na pecuária? Portanto consideramos normal que o triticultor corra esse risco. Agora, é louvável, sob todos os aspectos, que o Governo do Estado participe dos riscos de um adiamento de pagamento no caso de ocorrerem algumas intempéries que poderão prejudicar as lavouras. Mas, o Governo do Estado está procurando aumentar a produção do trigo, e o aumento da produção significará melhores condições de vida do agricultor. Portanto, não concordo, como também não considero válida o dito "se parar o bicho come, se correr, o bicho pega".

O SR. OLAVO FERREIRA — Aquilo que foi possível o Governo do Estado está fazendo.

O Sr. Ivo Thomazoni — Devo dizer também que não concordo com o nobre Deputado Iris Caldart quando afirma que o Partido da Oposição não tem oportunidade na imprensa do Paraná. Porque, o jornal "O Estado do Paraná" tem quatro notas políticas, e todas se referindo a Deputados do MDB, Olivir Gabardo, Nelson Buffara, Iris Caldart e Alvaro Dias, nenhuma nota da Arena em se tratando de política estadual. Os jornais pelo que se vê, dão o merecido destaque à aguerrida Bancada do MDB.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. está querendo me indispor com a imprensa. Deputado Ivo Thomazoni. O que quis dizer e que deve estar registrado, é que aparte não tem vez na imprensa.

O Sr. Ivo Thomazoni — Estamos em igualdade de condições.

Entretanto, devo dizer que o problema do seguro agrícola está agora, com maior objetividade, merecendo o carinho e o estudo por parte das autoridades responsáveis.

Não sei, como disse o nobre Deputado Sebastião Rodrigues, se alguma Companhia particular teria coragem de assegurar uma safra contra granizo, contra geada, contra seca ou contra inundações.

Todavia, compete ao Governo do Estado disciplinar a matéria e dar a tranquilidade que merece o nosso produtor. Ele deve ter tranquilidade porque investe tudo o que tem numa aventura que é semear para procurar tirar o suficiente para cobrir as despesas e ter uma margem de lucro para seu sustento.

O SR. OLAVO FERREIRA — Os apartes dos Deputados foram valiosíssimos. Na Legislatura passada tentamos fazer um estudo para que se criasse no Paraná uma Companhia de Seguros especializada em seguros agrícolas, idêntica a que existe no Estado de São Paulo.

Fomos a São Paulo, conversamos com toda a Diretoria e o que pudemos sentir e perceber era que o Governo Federal não mais permitia a criação de Companhias para assegurar agriculturas porque estava sendo feito pelo Governo Federal um estudo no sentido de que uma Companhia de âmbito nacional, com participação quase que majoritária do Governo, viesse atender especificamente este setor agrícola. Foi por isto que o nosso pensamento de criar aqui no Paraná uma Companhia de Seguro, como a que existe no Estado de São Paulo, ficou para mais tarde. Lamentavelmente estamos aguardando que essas providências sejam tomadas pelo Governo Federal, o que acho sensato.

Queria fazer um apelo à imprensa valorosa do Paraná, indistintamente, rádio, jornal e televisão, que ela, sem mencionar nomes se assim achar conveniente levasse a toda a comunidade paranaense, principalmente à comunidade que produz, à agricultura a que se dedica à terra, que esta Assembleia há mais de um mês, a alto e bom som, vem falando, vem se preocupando com os problemas do soja e do trigo para que estas agriculturas se tornem auto-suficientes, a fim de que o Estado se complete no setor agrícola e seja o verdadeiro celeiro do Brasil e do mundo.

Portanto, a imprensa que tem dado tanta colaboração, que é órgão de divulgação e comunicação dos mais extraordinários, diga ao povo do Paraná, que não somente os representantes da Câmara Federal que estão preocupados, mas que esta modesta Assembleia Legislativa, indistintamente, através das vozes brilhantes dos Deputados da Arena e do MDB, numa única voz, tem se levantado e apelado veementemente aos Governos estadual e federal para que as mais justas reivindicações dos agricultores sejam atendidas.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Mesmo levando em conta que os apartes não são de interesse da imprensa vou apartá-lo para afirmar a V. Exa. que, na verdade, o problema do soja está sendo colocado um tanto emocionalmente. O produtor deveria ter conhecimento deste quadro, porque a comercialização é controlada por grandes custos, e o preço do soja teve a sua antecipação, prevista, o índice de adiantamento dado. O financiamento dado pelo Banco sofreu muita crítica na época, a quantia que o Banco do Brasil fornecia ao produtor para plantar sua lavoura de soja, mas este financiamento do Banco do Brasil era fixado em função de uma previsão de preço de comercialização. Então: não dá para plantar, é insuficiente, ou então: é de se plantar.

Porque a previsão de preço é aquela.

O Banco do Brasil quando concede financiamento, não concede levando-se em conta apenas o que o produtor vai gastar para plantar, ele dá o financiamento fazendo o cálculo de quanto o produtor vai obter vendendo o seu produto, para poder pagar ao Banco, o seu financiamento, conhecendo-se a conjuntura internacional dentro da qual é fixado o preço do produto, que é de 540 cruzeiros o alqueire, ou por hectare de soja plantada. Isto ele obteve, fazendo uma previsão do preço de comercialização do soja, quer dizer, o Banco do Brasil sabia que o preço seria em torno de 50, 60 cruzeiros. Então, deu o financiamento baseado neste preço. Agora, se o preço é injusto, é outra coisa, se decorre de uma conjuntura internacional controlada por grandes grupos econômicos, é um problema que merece ser combatido, criticado.

O SR. OLAVO FERREIRA — Estou de acordo com V. Exa.

Estou perfeitamente lembrado e as notas taquigráficas poderão dizer isto, de que, quando no final da safra passada, de soja, quando era anunciado que o Paraná teria produzido um milhão e meio de toneladas de soja, e de que a safra futura estava prevista para dois milhões de toneladas, eu alertava esta Casa: não há planejamento na agricultura, não há planejamento!

Duas coisas que necessário se fazem:

Quanto que deveria produzir?

Pouco devíamos produzir. Quem produz, não produz para estocar, produz para comercializar, para exportar. Porque no ano passado o preço subiu desastrosamente, porque houve uma queda de 10% na safra norte americana. Eu alertei aqui, eu disse: se nós tivermos uma safra maior este ano poderemos cair num erro, num grande perigo de uma baixa sensível do preço sem que venha cobrir aquele mínimo indispensável para cobrir o seu custeio. Esta foi uma séria advertência que nós fizemos aqui nesta Tribuna e agora vemos que tínhamos razão. Agora uma outra preocupação, porque houve um aumento sensível da produção norte-americana de quase 40 milhões de toneladas de soja.

O SR. PRESIDENTE — Nobre Deputado, V. Exa. tem dois minutos para concluir sua oração.

O SR. OLAVO FERREIRA — E nós vemos uma estimativa de aumento de produção no Brasil.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço a atenção de V. Exa. V. Exa. está colocando muito bem esta situação aqui, mas está nos preocupando e muito as notas que tem sido publicadas, dando a real situação do soja. Eu vi na nota de 19 de abril da "Gazeta do Povo", sob o título "Inexperiência com soja pode ser prejudicial ao Produtor", isto nos preocupa muito, porque deixa o produtor desorientado; em parte temos que concordar em alguma coisa, quando diz: "Num ano apenas houve o estouro e os agricultores pensaram ter descoberto a mina de ouro". Na realidade os que não entendem de agricultura pensavam que era um negócio grande, digo, um grande negócio, arrendaram as terras, compraram máquinas e fizeram as estocas, e vendendo a 80 cruzeiros não dá condição de superar porque é investimento de dois ou três anos para recuperar, mas o agricultor, aquele que sabe plantar, era preciso que tivesse o preço majorado, e quando nós pedimos o preço mínimo de 80 cruzeiros, quando pedimos o pronunciamento do Ministério da Agricultura era para que os lavradores não ficassem desorientados, os produtores estão colhendo e não sabem se vão vender. Não sei se V. Exa. tomou conhecimento do pronunciamento do Sr. Gleno Moser, ele fez um comentário dizendo que muitos agricultores estão aguardando e deixando para junho e em junho não terão condições nem de exportar este soja.

O SR. OLAVO FERREIRA — É por isso que as indústrias estão firmando contrato para 30 de junho, para pagar preço ao lavrador.

O sr. Gilberto Carvalho — A nossa capacidade armazenadora em todo o Estado é de um milhão e cem mil toneladas, como a safra deverá atingir dois milhões de toneladas, onde ele vai guardar o estoque daqui há pouco? Esta luta está bem destacada e muitos agricultores devem ter tomado conhecimento da campanha da "Folha de Londrina" para que haja um pronunciamento urgente por parte do Governo.

O SR. OLAVO FERREIRA — Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 37 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício firmado pelo sr. Oswaldo Soweck, Supervisor do Setor de Ciências Humanas, da Universidade de Ponta Grossa. (Lê):

"UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

OF. N.º 021-74.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Ponta Grossa, 22 de abril de 1974.

Prezado Senhor:

Oswaldo Soweck e Maria Aparecida Cezar Gonçalves, respectivamente, Supervisor do Setor de Ciências Humanas e Chefe do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, apresentam a V. Sa., a Professora Guisela V. F. Holzmann, titular da disciplina de Organização Social e Política Brasileira, dos cursos de História e Estudos Sociais bem como os alunos que cursam o V Período do Curso de História.

A presença dos elementos supracitados na Assembleia Legislativa, tem por objetivo a observação "in loco" do seu funcionamento bem como, o de entrevistar Deputados das Bancadas Arenistas e Emdebistas, a fim de que os nossos acadêmicos possam complementar de modo prático, o ensino teórico que lhes é ministrado através da disciplina "Organização Social e Política Brasileira".

Certos de contar com a atenção de V. Sa. aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de estima e consideração, bem como nossos sinceros agradecimentos

(a) — Oswaldo Soweck

Supervisor do Setor de Ciências Humanas

U.E.F.G.

Departamento de História

Maria Aparecida Cezar Gonçalves

Chefe do Departamento de História

Ilmo. Sr.

Doutor João Mansur

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná

Curitiba - Paraná"

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência coloca à disposição dos Srs. professores e estudantes, todas as dependências da Casa, bem como o funcionamento da mesma.

Pasaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180-73, de autoria do Dep. Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir para jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Maringá, o serviço de trânsito dos Municípios de Itaguapé, Santa Inez e Santo Inácio. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 181-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que cria aposentadoria ao final de carreira, aos Expedicionários da Marinha Mercante, Marinha de Guerra, Aeronáutica e Exército, que prestaram serviços ao Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA. — **Aprovado, com Emenda.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 282-73, de autoria da Comissão Especial de Reforma da Lei do I.C.M., que introduz alterações na Lei n.º 6.364 de 29-12-72. (Lei Orgânica do I.C.M.) Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 287-73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que denomina Grupo Escolar Parigot de Souza, o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da cidade de Mandaguá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 06-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 110-73, encaminhando anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDAS, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado o Projeto. Aprovadas as Emendas.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 118-73, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria de Obras Públicas, o prédio para funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, sediada no Município de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 118-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta.

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo, a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, na sede do município de Cascavel.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

O presente plano de lei, objetiva antes e acima de tudo, sanar um problema que existe desde que foi criada na sede do município de Cascavel, o curso que se destina à formação de professores do ensino primário.

Motivado pelas inúmeras reivindicações das autoridades daquele município, bem como de sua população e principalmente de sua população estudantil, e não podendo permanecer insensível ao crescimento e expansão que aquela cidade atravessava naquela época, houve por bem o Governo do Estado, através ato do Senhor Secretário de Educação e Cultura, criar o curso normal naquela cidade.

Não obstante, desde sua criação, que já ocorreu à inúmeros anos, até o presente momento, funciona aquele estabelecimento de ensino em condições precaríssimas, sacrificando não somente aos alunos que os integram, bem como aos professores e demais funcionários, pois não possui sede própria para seu funcionamento.

Ocupa desde sua criação, dependências de outro estabelecimento de ensino local, que dado ao crescimento porque atravessa no presente momento o município de Cascavel, já se torna quase que insuficiente para o funcionamento do curso ginasial.

Não poderíamos portanto, permanecer indiferentes diante de tal status, motivo pelo qual apresentamos o presente plano de lei, que, se aprovado por esta colenda Assembléia Legislativa, estará propiciando condições ao Poder Executivo de solucionar aquela deficiência existente, através da sanção do presente pedido.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 118-73

De autoria do ilustre Deputado Odilon Reinhardt, a proposição ora em exame autoriza o Poder Executivo a construir, através da Secretaria de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, na sede do Município de Cascavel.

O Projeto está justificado e articulado nos termos regimentais. E do ponto de vista constitucional e legal me parece em condições de ser aprovado pela Casa.

É o parecer

Sub-censura

Sala das Comissões, em 22-8-73

(Ass. ilegível) — Presidente

Quielise Crisóstomo da Silva — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 118-73

AUTOR: ODILON REINHARDT

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria de Obras Públicas, o prédio para funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, sediada no Município de Cascavel.

PARECER:

O presente projeto de lei, já devidamente justificado e aprovado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, nos convence da medida pleiteada.

Não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira, razão pela qual, somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 4-9-1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 118-73

AUTOR: DEPUTADO ODILON REINHARDT

PARECER

Consta dos autos do Projeto de Lei em tela, iniciativa do Deputado Odilon Reinhardt, autorizando o Poder Executivo a construir através da Secretaria de Obras Públicas, um prédio destinado ao funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, na sede do Município de Cascavel.

As Dótas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, ao examinarem a matéria, opinaram pela sua aprovação.

No âmbito que lhe é próprio examinar esta Comissão não vê nenhum óbice que possa obstar a tramitação normal do Projeto, visto que, trata-se de mera autorização ao Poder Executivo cuja matéria é da sua competência.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO do Projeto, para ulterior trâmite regimental, na forma da Emenda Substitutiva anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Borsari Netto — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

(Ass. ilegíveis)

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI N.º 118-73

O ARTIGO 1.º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, um prédio destinado ao funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, na sede do Município de Cascavel.

Sala das Comissões, em

Borsari Netto — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 118-73

1 — A presente proposição, de autoria do ilustre Deputado Odilon Reinhardt, visa autorizar o Poder Executivo a construir, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, um prédio destinado ao funcionamento da Escola Normal "Irene Rickli", na sede do Município de Cascavel.

2 — Esta matéria já mereceu pareceres favoráveis das Dótas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

3 — Quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, não há qualquer restrição a fazer, razão pela qual somos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto, na forma da emenda ao art. 1.º, apresentada pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123-73, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Ibiaporá, tratores que especifica, inservíveis e pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 123-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Ibiaporá, os tratores marca John Deere, motores n.ºs. 7325922, 7325923 e 7325899, todos de pneus, e, um trator Cartepillar, série 40A motor n.º 1596 de esteira, todos inservíveis pertencentes a Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1973.

(a) — Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA: — A Secretaria da Agricultura possui os tratores objeto do presente projeto de lei, inservíveis, encostados no pátio de estacionamento, e a Prefeitura Municipal de Ibiaporá, fazendo as reformas necessárias poderá utilizá-los nos serviços diversos da administração.

Solicito assim a aprovação dos nobres Pares, ciente que estaremos colaborando com a administração de Ibiaporá.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 123-73

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Francisco Escorsin, autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Ibiaporá, os tratores marca "John Deere", números 7325922, 7325923 e 7325899, e, um trator marca "Cartepillar", série 40A, motor n.º 1596 todos inservíveis, pertencentes à Secretaria da Agricultura.

2 — Quanto aos aspectos constitucional e legal, que cabe examinarmos nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 123-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Ibiaporã, os tratores marca "John Deere", números 7325922, 7325923 e 7325899, e um trator marca "Caterpillar", de esteira, série 40-A, motor número 1596, todos inservíveis, pertencentes à Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 123-73

Autor: Dep. FRANCISCO ESCORSIN

O ilustre deputado Francisco Escorsin, com o Projeto de Lei em exame, pretende doar à Prefeitura Municipal de Ibiaporã, os tratores marca John Deere, motores n.ºs. 7325922, 7325923 e 7325899, e um trator Caterpillar, série 40-A motor n.º 1596 de esteira, todos pertencentes à Secretaria da Agricultura.

Do ponto de vista financeiro, que nos cabe examinar, a matéria está em condições de ser aprovada.

É o parecer.

Sub.censura.

Sala das Comissões, em 18-09-1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 185-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo conceder incentivos às indústrias que vierem a se instalar no Estado do Paraná e dá outras providências — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 185-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a conceder às indústrias que venham a se instalar no Paraná incentivos destinados a estimular o desenvolvimento econômico e social do Estado.

§ 1.º — Serão considerados de fundamental interesse os empreendimentos que objetivem a instalação de indústrias em quaisquer municípios, favorecendo-se preferencial e proporcionalmente as que venham a se localizar nas regiões mais interiorizadas e de menor índice de desenvolvimento econômico e social.

§ 2.º — Merecerão, também, tratamento preferencial as indústrias que venham a se instalar em Distritos Industriais, cuja criação tenha sido aprovada pelos órgãos competentes do Governo do Estado.

§ 3.º — Os incentivos poderão, também, ser concedidos às indústrias já existentes desde que venham a expandir suas atividades.

§ 4.º — Os incentivos de que trata o artigo poderão ser fiscais e materiais, estes relacionados com a elaboração de projetos e serviços e obras de infraestrutura.

Art. 2.º — Na regulamentação da presente lei, o Poder Executivo, levando em conta o interesse público e a política nacional de desenvolvimento, disciplinará as formas de concessão dos incentivos; estabelecerá os critérios, as condições e os requisitos essenciais ao seu uso e gozo e fixará o valores percentuais e o prazo dos benefícios, tomando por base as normas existentes nas demais Unidades da Federação.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973

(a) Maurício Fruct

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 185-73

AUTOR: Deputado MAURICIO FRUET

P A R E C E R

Propõe o nobre Deputado Maurício Fruct, pelo presente plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a conceder às indústrias que venham a se instalar no Paraná incentivos destinados a estimular o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Louvável sob todos os aspectos a medida proposta, considerando-se que o estímulo à instalação de indústrias em quaisquer Municípios do Estado, favorecerá às regiões interiorizadas e de menor índice de desenvolvimento econômico e social.

Salienta, ainda, o autor em seu Projeto, que merecerão, também, tratamento preferencial, as indústrias que venham a se instalar em Distritos Industriais cuja criação tenha sido aprovada pelos órgãos competentes do Governo do Estado.

As indústrias já existentes, poderão da mesma forma, receber os incentivos de que trata o Projeto, desde que venham a expandir suas atividades.

Sob o aspecto formal, constitucional e jurídico, a propositura é esmerada.

Quanto à sua oportunidade, nada há a contestar, considerando-se que o Projeto prevê na sua regulamentação, que o Poder Executivo disciplinará as formas de concessão dos incentivos, tomando por base as normas usuais existentes nos demais Estados da Federação.

Face às considerações expendidas, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10-11-73.

Antônio Costa — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 185-73

AUTOR: Dep. MAURICIO FRUET

1) — O Projeto é de alto interesse econômico para um Estado que ainda tem como base principal de sua receita, a agricultura. Assim sendo, com o estímulo que está sendo proposta à instalação de indústrias e ampliação de outras só benefícios advirão para a arrecadação estadual em futuro próximo.

II) — Do aspecto financeiro, que cabe-nos opinar nesta oportunidade, nenhum impedimento existe.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 23-10-73

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203-73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal equivalente a dezesseis (16) vezes o maior salário mínimo regional, à Sra. Neuza Nascimento de Mello Leitão, viúva de ex-Interventor Estadual. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 203-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Sra. Neuza Nascimento de Mello Leitão, viúva do ex-Interventor Rosaldo Gomes de Mello Leitão, uma pensão mensal equivalente a dezesseis (16) vezes o valor do maior salário mínimo regional.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1973.

(a) Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro Rosaldo Gomes de Mello Leitão, ilustre e digno filho da terra paranaense, exerceu com dignidade e alto espírito público os mais altos cargos da administração: Diretor da antiga Rede de Viação Paraná - Santa Catarina; Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda; Prefeito Municipal de Curitiba e por duas vezes Interventor do Estado do Paraná.

Investido, como já ficou evidenciado, por duas vezes na Suprema Magistratura do Estado, com os mesmos direitos e prerrogativas de Governador, Rosaldo Gomes de Mello Leitão alçou sua esposa, Neuza Nascimento de Mello Leitão, por via de consequência, à condição de primeira dama do Estado, razão pela qual teve esta adquirida uma posição social tal, que, com a parca renda que auferia atualmente, não se conseguia manter.

Entende-se que o mesmo direito já adquirido pelas esposas de ex-Governadores deverá, também, ser aplicado à senhora em questão, haja vista que Interventor nada mais é do que Governador nomeado.

O próprio Poder Executivo, recentemente, procurou solucionar problema análogo, enviando a esta Assembléia a Mensagem número 64-73, propondo a concessão de uma pensão à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, há pouco falecido.

Conforme se verifica do exame da aludida Mensagem Governamental, encerra a mesma uma pretensão amparada pelo direito e lidimamente justa. Não menos justo, e de igual validade jurídica, o objeto do projeto de lei em tela, visto que, na realidade nenhuma diferença existe entre Governador e Interventor, no campo social e humano, com vistas ao qual são propostas as soluções adequadas aos problemas respectivos.

Em face das considerações expendidas, apresentamos o presente plano de lei à consequente apreciação de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

MENSAGEM — 64/73

Curitiba, 31 de julho de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-governador Pedro Viriato Parigot de Souza, uma pensão mensal de valor equivalente ao dos atuais subsídios de Governador do Estado.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo e consulta plenamente aos elevados interesses da Administração, eis que, retratando preocupação do Governo do Estado e de todo o Povo Paranaense, visa a adoção de providências legais no sentido de conceder o pretendido benefício à viúva do ex-governador Pedro Viriato Parigot de Souza, do qual o recente falecimento marcou em nossa Terra um doloroso e triste acontecimento, quando o Paraná veio perder um de seus mais ilustres e valerosos homens, que, então, ocupava a Suprema Magistratura do Estado.

Por outro lado, caracterizando a grande necessidade de concessão da pensão em questão, merece ser destacado o fato de que a viúva do finado Governador Parigot de Souza, não possui rendimentos suficientes para sua subsistência, inclusive para a de dois filhos menores, estudantes, e que também não exercem qualquer atividade remunerada.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa

no exercício do cargo de Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica concedida, a partir de 11 de julho de 1973, à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, uma pensão mensal de valor equivalente aos dos subsídios de Governador do Estado.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 203/73

Autor: Deputado JOSÉ MUGGIATI FILHO

De autoria do ilustre Deputado José Muggiati Filho, o presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a conceder à Senhora Neuza Nascimento de Mello Leitão, viúva do ex-Interventor Rosaldo Gomes de Mello

Leitão, uma pensão mensal equivalente a dezesseis (16) vezes o valor do maior salário mínimo regional.

A medida me parece de inteira justiça, tendo em vista a justificativa apresentada. Do ponto de vista legal e constitucional a mesma está conforme.

É o parecer

S.M.J.

Sala das Comissões, em ... de ... de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

De acordo com voto em separado

Do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, declaro REJEITADO o presente Parecer.

Sala das Reuniões, em 14-11-73.

Deputado Antônio Franco F. da Costa Filho — Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 203/73

VOTO EM SEPARADO

Em que pese a justificativa do Projeto, aonde depara-se que o objetivo do mesmo é estabelecer a igualdade de direitos, somos levados a votar "contra" o parecer apresentado pelo ilustre Relator, Deputado Sebastião Rodrigues, pelas razões que seguem:

1.º) — Primeiramente pelo vício de origem, visto que o art. 35 da Constituição Estadual estabelece que é da competência do Poder Executivo a iniciativa de leis que criem ou aumentem a despesa pública.

2.º) — A viúva para quem se pretende conceder essa pensão mensal, já está amparada pela Lei 54/63, de 22 de novembro de 1963 e recentemente pela Lei 6.468, de 18 de outubro de 1973, a qual fixou em três (3) salários mínimos o valor das pensões de viúvas de ex-Deputados, ex-Presidentes, Interventores ou Governadores. (cópias anexas).

Isto posto, não vemos como aprovar a medida ora proposta, por tratar-se de matéria que fere princípio legal e constitucional.

O meu voto é pela rejeição do Projeto.

Sala das Comissões, em 14-11-73.

Deputado Ivo Thomazoni

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 203/73

Autor: Deputado JOSÉ MUGGIATI FILHO

Conforme parecer apresentado e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto peca por vício de origem, uma vez que a iniciativa de Leis desta natureza são de competência exclusiva do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. A matéria contida no mesmo implica em aumento de despesa e o nosso parecer é contrário à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26-11-73.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Gilberto Carvalho — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação. Parece que houve um equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido do Sr. Deputado Antônio Belinati. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram se levantar.

Os que rejeitam, queiram se levantar.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito seja procedida a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal, para verificação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada 23 Srs. Deputados. Não há quorum para votação. Em consequência, fica transferida a votação do Projeto de Lei n.º 203/73, para a próxima Sessão.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas desejo encaminhar a V. Exa. um pedido verbal, no sentido de que a Douta Comissão Executiva providencie um posto de qualificação eleitoral neste Poder.

O SR. PRESIDENTE — Em resposta a Questão de Ordem levantada pelo nobre Sr. Deputado Antônio Belinati, devo dizer que esta Presidência vai tomar as providências necessárias junto ao Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de que seja atendido o pedido de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Antônio Pereira dos Santos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S. A., objetivando seja feito o financiamento do soja, em armazéns ou tulhas, obedecendo pelo menos, as bases do ano passado. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, encarecendo a necessidade da imediata construção de um viaduto na PR-72 à altura do campus da Universidade Estadual de Londrina. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor Ederaldo Soares, por sua eleição como Presidente da Associação dos Advogados de Londrina, extensivo aos demais membros. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203-74;

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 282-73, 287-73, 06-74;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 118-73, 123-73, 185-73;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 115-73, 204-73, 258-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho.

Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Basílio Zanusso, apresentou redação final dos seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 36-70 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 09-70, que eleva para Cr\$ 161.646.988,00 (cento e sessenta e hum milhões seiscentos e quarenta e seis mil novecentos e oitenta e oito cruzeiros), o limite da garantia do Estado em contratos de financiamento celebrado pela Eletrobrás e Eletrocap, de que tratam as Leis que especifica.

PROJETO DE LEI N.º 275-71 — de autoria do Deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio na sede do Distrito de Tupinambá, Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo.

PROJETO DE LEI N.º 286-71 — de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Guapirama.

PROJETO DE LEI N.º 19-72 — de autoria do Deputado Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a construir uma unidade escolar com 3 (três) salas de aulas, no Distrito de Malu, Município de Terra Boa.

PROJETO DE LEI N.º 134-72 — de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Piraquara, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 173-72 — de autoria do Deputado Cândido M. M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Ouro Fino e Freguesia, no Município de Almirante Tamandaré.

PROJETO DE LEI N.º 179-72 — de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Agrícola na cidade de Cascavel, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 60-73 — de autoria do Deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo a construir uma estrada que dê acesso à sede do Município de Bituruna, até a Rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória, neste Estado, até Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

PROJETO DE LEI N.º 68-73 — de autoria do Deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo a construir uma estrada de pavimentação asfáltica, que dê acesso à sede do Município de União da Vitória, pela BR-153, como especifica.

PROJETO DE LEI N.º 218-73 — de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo a elevar os proventos de inatividade de Tereza Klanchimidi, professor primário da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa.

PROJETO DE LEI N.º 222-73 — Mensagem n.º 82-73, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para anuir a cessão de 38.460,02 m2 de área de terras que a União pretende fazer doação à Fundação Santo Antônio e Associação das Damas de Caridade, do Município de Campo Largo, destinada a construção do Lar dos Desamparados.

PROJETO DE LEI N.º 251-73 — de autoria do Deputado Muggiati Filho, que declara de utilidade pública o Centro Comunitário Bom Pastor, com sede e foro nesta Capital.

PROJETO DE LEI N.º 273-73 — de autoria do Deputado Xenofonte Villanueva, que declara de utilidade pública a Sociedade "Escola Roland", da cidade de Rolândia. — Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotoma Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente.

a) Lélío G. Sotoma Maior — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 36-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 161.646.988,00 (cento e sessenta e um milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e oito cruzeiros) o limite de garantia dada pelo Governo do Estado do Paraná ao contrato de financiamento celebrado entre as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás, e a Central Elétrica Capivari-Cachoeira S. A. — Eletrocap, de que tratam as Leis nrs. 5.388, de 23 de agosto de 1966, 5.741, de 19 de fevereiro de 1968, e 5.949, de 02 de junho de 1969, e 5.839, de 12 de setembro de 1968.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar mandato à Eletrobrás para que a mesma receba diretamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico as quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica destinada ao Estado do Paraná e as deposite em seu nome, em conta especial, no Banco do Brasil S. A., a título de reforço de meios de pagamento e para facilitar a pronta liquidação das obrigações previstas no contrato de financiamento e aditivos, recursos esses necessários à liquidação do débito da Eletrocap junto à Eletrobrás, respeitadas as vinculações anteriormente estabelecidas.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Basílio Zanusso

Iris Caldart

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 286-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Guapirama.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Basílio Zanusso

Iris Caldart

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 19-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma unidade escolar com 3 (três) salas no Distrito de Malu, Município de Terra Boa.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação 72.6.9.50.12.0, do Programa Edificações para o Atendimento dos Serviços da Secretaria da Educação e Cultura, constante do Orçamento Geral do Estado, Lei n.º 6.253, de 3 de dezembro de 1971.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Iris Caldart
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 134-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Piraquara, para instalação e funcionamento no ano letivo próximo vindouro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Iris Caldart
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 173-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a localidade de Ouro Fino a de Freguesia, no Município de Almirante Tamandaré, numa extensão de 20 (vinte) quilômetros, aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Iris Caldart
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 179-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Agrícola, na sede do Município de Cascavel, para instalação e funcionamento no próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Iris Caldart
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 60-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma estrada de acesso à sede do Município de Bituruna até a rodovia BR-153, que demanda da União da Vitória até Erechim, no Rio Grande do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Iris Caldart
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 68-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma estrada com pavimentação asfáltica, que dê acesso à sede do Município de União da Vitória à BR-153, com início na região denominada Ponta do Rio da Areia, na estrada estadual entre a citada sede e Porto Vitória, num percurso de 5 (cinco) quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Iris Caldart
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 218-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, professor do Ensino Primário Normal — Nível 16, da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa, Pr., aposentada pelo Decreto n.º 17.363, de 19 de novembro de 1969, para a importância de Cr\$ 2.843,94 (dois mil, oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), anuais e integrais, inclusive os adicionais de 5% (cinco por cento).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Iris Caldart
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 222-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado anuir na cessão de 38.460,02 m2 de área de terras que o Governo Federal pretende fazer à Fundação Santo Antônio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo, remanescente de área maior situada no quarteirão de Nossa Senhora do Pilar, doada pelo Estado do Paraná à União, conforme Lei n.º 304, de 1-12-1949, para a construção de uma Sub-Estação de Enologia.

Art. 2.º — A área de terras de que trata a presente Lei, destina-se à construção do Lar dos Velhinhos Desamparados.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Iris Caldart
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 251-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Centro Comunitário "Bom Pastor", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Iris Caldart
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 275-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio no Distrito de Tupinambá, Município de Astorga, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Iris Caldart
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 273-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade "Escola Roland", da cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.
Basílio Zanusso
Iris Caldart
Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Reuniões, às 16,30 (dezesseis e trinta) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielise C. Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Igo Losso, João Fadel e Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, com o fim especial de aprovar o

PROJETO DE LEI N.º 282-73 — de autoria da Comissão Especial Reforma do I.C.M., que introduz alterações na Lei n.º 6.364, de 29-12-72 (Lei Orgânica do I.C.M.). Relator: Senhor Deputado Igo Losso. Parecer favorável. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu, Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada

aa) QUIELISE C. SILVA — Presidente.
Teresinha B. Moura e Claro — Secretária.
pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais..

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 47.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 24 de Abril de 1974 (Quarta-feira)

Presidência do sr. Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos srs. Deputados Borsari Neto e Domício Scaramella.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Odi. Ion Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cor. tes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (33); achando-se ausentes os srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Antonio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — João Fadel — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 285-73, que concede à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, poderes para oferecer quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contragarantia de obrigações que aquela Empresa assumir, até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões). — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 285-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL poderes para oferecer as quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contragarantia de obrigações que aquela Empresa assumir, até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), em contrato de empréstimo ou financiamento em moeda nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. As quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica a que se refere este artigo serão as correspondentes a tantos exercícios financeiros quantos forem os anos em que se distribuir o pagamento das obrigações a serem garantidas.

Art. 2.º. Fica também autorizado o Poder Executivo a outorgar a garantia do Tesouro Estadual a obrigações que a COPEL assumir, até o limite cumulativo equivalente, em moeda nacional, a US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares) de principal, em operações de empréstimo ou financiamento para a realização de obras de eletrificação rural no Estado.

Parágrafo único. As taxas cambiais a serem utilizadas para verificação do limite estabelecido neste artigo serão as vigentes a data de cada operação.

Art. 3.º. A garantia a que se refere o artigo 2.º desta Lei poderá estender-se a juros e demais encargos a que estiverem sujeitas as mesmas operações.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-1-74

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

as. ilegível

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 48.ª Sessão Ordinária Realizada em 24 de Abril de 1974 (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos srs. Deputados Borsari Neto e Lázaro Dumont.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Ernildo Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Sores — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (33); achando-se ausentes os srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Antonio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — João Fadel — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 76-73, 77-73, 85-73, 86-73, 111-73, 237-73, 245-73 e 256-73.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 18-74.

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 6-74.

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 14-74.

— de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 20 Sessões, do Projeto de Lei n.º 203-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Hugo Damowski, ex-vereador e advogado conceituado no Município de Telêmaco Borba.

Outrossim, solicita ainda da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, aos cuidados da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1974.

(a) — Fabiano Braga Côrtes.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, vem pelo presente Requerimento sugerir à d.ª Msa executiva se digne proceder diligências visando a instalação no edifício desta Assembléia Legislativa de postos de qualificação eleitoral e de identificação, para facilitar o atendimento às centenas de pessoas que aqui vêm diariamente para a transferência de título, confecção desse documento e carteira de identidade.

Esta sugestão, tornando-se realidade, virá proporcionar sensível colaboração a milhares de pessoas que procuram os Deputados de ambos os Partidos. Certo do atendimento e atenção ao presente, firmo-me mui, atenciosamente,

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1974.

(a) — Antonio Belinati.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas e na forma em que dispõe o Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e ao Excelentíssimo Senhor Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Paraná — "FUNDEPAR", no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias para dotar a Unidade Escolar "Presidente Médice", localizada na cidade de Arapongas, à rua Pavão, sem número, das seguintes benfeitorias:

a) — muro em todas as linhas divisórias e calçadas nas testadas do terreno;

b) — calçamento de pátio destinado ao recreio dos alunos; e, finalmente,

c) — pista de atletismo, canchas para prática de esportes, ajardinamento e salão nobre.

As benfeitorias que ora se pretende sejam construídas virão, sem dúvida alguma, dar maior segurança àquele estabelecimento de ensino e se constituem, por outra parte, em uma válida reivindicação não só de sua Associação de Pais e Professores, como de resto de todos os pais, cujos filhos terão maiores conforto e comodidade à utilização de suas instalações.

Requer-se, finalmente, que da manifestação da Casa, se favorável, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Arapongas, Dr. Waldir Pugliese, assim como à Associação de Pais e Professores da Unidade Escolar "Presidente Médice", já aludida e a Câmara de Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1974.

(a) — Muggiati Filho

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 37-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada como entidade de Utilidade Pública a Fundação Educacional "Dom Pedro Felipak", sediada na cidade de Wenceslau Braz, e cujas beneméritas atividades se têm dirigido para difusão da Cultura e espargimento de assistência de fins beneficentes.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de abril de 1974.

(a) — Aginaldo Pereira Lima

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educacional "Dom Pedro Felipak" tem cumprido desde sua instalação meritorias campanhas de finalidades essencialmente educacionais e beneficentes acreditando-se publicamente como fonte inextinguível de bons serviços às coletividades de Wenceslau Braz. E é quando acordamos para o reconhecimento prudente de nossos valores reais que devemos em manifestação de inteira justiça premiar aqueles que com elevação de propósitos e sensíveis aos interesses gerais, realizam, não raro com sacrifícios muitos de seus próprios interesses em jogo, obras que o tempo recolhe como fruto de inspirações consoladoras e como a evidenciar que sempre é bom ser bom, notadamente quando tanto nos esforçamos para promover as bênçãos da Cultura e espargir a sublime mensagem do bem aos que tanto deles carecem. — Este ato, pois encerra uma justiça que estou certo será feita por esta Casa de Leis.

Projeto de Lei n.º 38-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a pensão mensal concedida ao inválido Fred Hauber, pela Lei n.º 5.071, de 14 de abril de 1965.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1974.

(a) — Erondy Silvério.

JUSTIFICAÇÃO:

A mencionada lei, cujo "quantum" pretende alterar, data de 1965. Posteriormente, o seu valor foi reajustado como medida de ordem geral, visto como todas as pensões especiais tiveram melhoria. Todavia, o seu valor atual é irrisório comparado com o respectivo poder de compra da época da fixação. A constante alta no custo de vida impõe a presente medida, no sentido de corrigir a desvalorização havida na pensão do inválido Fred Hauber.

Projeto de Lei n.º 39-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º) — Fica autorizado o Poder Executivo, a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio de Francisco Beltrão, na sede do Município do mesmo nome.

Art. 2.º) — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta das cotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.o) — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1974.

(a) — Aryzone Araujo.

Projeto de Lei n.º 40-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o) — Fica autorizado o Poder Executivo, a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas prédio destinado ao funcionamento da Escola Normal "Regina Mundi", na sede do Município de Francisco Beltrão.

Art. 2.o) — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.o) — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1974.

(a) — Aryzone Araujo.

Projeto de Lei n.º 41-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o) — Fica autorizado o Poder Executivo, a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde de Francisco Beltrão, 8.o Distrito sanitário, na sede do Município de Francisco Beltrão.

Art. 2.o) — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.o) — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1974.

(a) — Aryzone Araujo.

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados

Ocupo a Tribuna neste Expediente para rapidamente tecer comentários a respeito de diversas publicações que o "Diário do Paraná" vem de fazer com relação à várias matérias de interesse do nosso Estado, com respeito à produção agrícola, bem como os seus derivados. Nas últimas sessões desta Casa muito se falou sobre a colaboração de imprensa aos Parlamentares, bem como ao Poder Executivo no trabalho magnífico que a imprensa representa. Nesta oportunidade, como disse de início, queremos registrar a valiosa colaboração do "Diário do Paraná". Na edição de ontem, esse matutino publica estas matérias sobre o comércio exterior praticado pelo Paraná, com base em dados fornecidos pelo Centro de Promoção Econômica do Governo do Estado do Paraná. Hoje publica a matéria que muito tem sido debatida nesta Casa pela maioria dos srs. Deputados com relação ao problema do soja. Publica hoje matéria a respeito da produção deste produto do Estado. Quando apresenta uma síntese completa de todos os problemas que envolve a produção agrícola paranaense particularmente deste produto que ontem mesmo foi por demais debatido nesta Casa. De passagem por esta Tribuna, quero cumprimentar a imprensa por este trabalho que vem desenvolvendo, projetando o Poder Legislativo e o Poder Executivo do nosso Estado, projetando principalmente os debates que vêm se verificando nesta Casa. Portanto é o registro que neste Pequeno Expediente queria fazer neste momento. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Erondy Silveiro, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Arizone Araujo, constante do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Serão encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos srs. Deputados:

Votação em 1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 203-73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal equivalente a dezesseis (16) vezes o maior salário mínimo regional, à Sra. Neuza Nascimento de Mello Leitão, viúva de ex-Interventor Estadual. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F.

Sobre o Projeto há um Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 20 Sessões. Em votação o Requerimento. — Aprovado. Fica, consequentemente, adiada a votação do Projeto de Lei n.º 203-73, por 20 Sessões.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 282-73, de autoria da Comissão Especial da Reforma da Lei do I.C.M., que introduz alterações na Lei n.º 6.364 de 29.12.72. (Lei Orgânica do I.C.M.). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 287-73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que denomina Grupo Escolar Parigot de Souza, o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da Cidade de Mandaguáçu. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 06-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 110-73, encaminhando anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDAS, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado com Emendas, n.º 1 e 2.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 118-73, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria de Obras Públicas, o prédio para funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, sediada no Município de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F., C.O.P.T.C. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado com Substitutivo, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 123-73, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo doar a Prefeitura Municipal de Ibiçara, tratores que especifica, inservíveis e pertencentes à Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado com Substitutivo, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 185-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo conceder incentivos às Indústrias que vierem a se instalar no Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 115-73, de autoria do Dep. João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na sede do Município da Lapa e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 115-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com sede e foro na cidade e município da Lapa, neste Estado.

§ único — O regime de manutenção e o órgão mantenedor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com criação prevista neste artigo, serão indicados por iniciativa do egrégio Conselho Estadual de Educação.

Artigo 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezernove de Dezembro", 31 de maio de 1973.

(a) — João Fadel

JUSTIFICATIVA

É do consenso geral que um processo de implantação de estabelecimento de ensino universitário em cidade do interior não nasce nem ganha impulso gratuitamente. Ele é, antes de tudo, a cristalização de uma etapa da cultura de determinada coletividade que, no anseio de conquista de novos instrumentos que lhe possibilitem um melhor estágio de desenvolvimento e aproveitamento de suas potencialidades sócio-econômicas e culturais encontra, na formação universitária de seus membros na própria região a resposta àquelas necessidades fundamentais de integração no processo global de crescimento da Nação.

Quando a Câmara Federal discutiu, ao longo de 14 anos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação dos debates nas Comissões Técnicas e em Plenário acabou sendo firmado o conceito da necessidade de interiorização do ensino universitário, dada a função histórica e social da Universidade. Na ocasião também salientou-se que no Brasil os cursos superiores são instalados com muita pressa e às vezes sem a necessária e indispensável mobilização das comunidades onde são implantados o que determina excesso de tempo ocioso nas unidades com reflexos na elevação do custo de manutenção.

Atento para estes fatores o egrégio Conselho Federal de Educação entendeu emitir normas reguladoras para criação de faculdades no interior dos Estados e deferiu aos respectivos Conselhos Estaduais a regulamentação de cada uma, guardados os aspectos peculiares de cada região onde se pretende a implantação de curso superior.

No caso específico da cidade da Lapa de que trata o presente projeto de Lei, temos a satisfação de registrar que a comunidade encontra-se, por suas forças vivas — sociais, econômicas e culturais — no ápice de um estágio de evolução que lhe permite aspirar como perfeitamente concretizável a fundação e instalação na cidade de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, pela gama mais ampla de cursos de formação melhor se adapta à vocação cultural da região e melhor atenderá, a médio prazo os interesses da juventude estudiosa de todos os municípios do Vale Alto Iguaçu de cuja micro-região a cidade da Lapa é polo irradiador de progresso e desenvolvimento.

Com efeito e para suporte de argumentação em favor do presente projeto de lei, deve-se salientar que a futura Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Lapa virá beneficiar uma região que conta com cerca de 120.000 (cento e vinte) mil habitantes, dos quais cerca de 60% (sessenta por cento) contando com menos de 21 anos de idade, sendo esta população dos municípios de Agudos do Sul, Pien, Quitandinha, Tijucas do Sul, Campo do Tenente, Lapa, Pôrto Amazonas, Rio Negro, Antonio Olinto, São João do Triunfo e São Mateus do Sul e que, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Estatística integram uma mesma região geo-educacional.

Acresce ainda o fato de a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Lapa poder vir a se constituir, a médio prazo, no embrião da futura Fundação Universitária do Vale Alto Iguaçu, entidade para cuja organização já encontra-se motivada a opinião pública da região e que, concretizada, poderá inclusive promover a instalação e funcionamento de outras unidades de curso superior em outros municípios da região que apresentem características especiais para determinados institutos.

Finalmente, cite-se que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pelo seu instituto de geo-ciências poderá fornecer profissionais habilitados para absorção na Refinaria do Xisto, em São Mateus e na Refinaria de Araucária, o que determinaria a elevação econômica de toda a região, porquanto os técnicos aproveitados seriam dali naturais, evitando-se, por outro lado, que pessoas de qualificação profissional de outros lugares viessem competir no mercado de trabalho com a mão-de-obra regional.

Os nobres deputados certamente concordarão com a oportunidade do presente projeto de lei, pois, homens públicos afeitos aos problemas do interior do Estado bem poderão avaliar o benefício que sua aprovação acarretará para ponderável parcela da população e, assim, dar-lhe-ão seu indispensável e honroso apoio.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1973.

(a) — João C. Fadel

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 115-73

AUTOR: Deputado JOÃO C. FADEL

PARECER

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado João C. Fadel, visa autorizar o Poder Executivo a criar uma "FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS", com sede e foro na cidade e Município da Lapa, neste Estado.

A brilhante justificativa do autor da proposição, nos convence da necessidade e da oportunidade da medida pleiteada.

Como suporte de argumentação, o autor da proposição salienta que a criação da referida Faculdade, irá beneficiar uma região que conta com cerca de cento e vinte mil habitantes, dos quais cerca de 60% (sessenta por cento) contando com menos de 21 anos de idade, sendo esta população dos Municípios que integram uma mesma região Geo-Educacional.

Quanto à forma, a proposição é esboçada.

Não havendo qualquer impedimento, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27-6-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Igo I. Losso — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 115-73

1 — O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado João C. Fadel, visa autorizar o Poder Executivo a criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade da Lapa e dá outras providências.

2 — Referida matéria já devidamente estudada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe examinarmos nesta oportunidade, não vemos qualquer óbice que se lhe anteponha, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 115-73

I — O presente plano tem por objetivo a criação de uma "FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS", com sede e foro na cidade e município da Lapa, neste Estado, e dá outras providências.

II — Do ponto de vista desta Comissão, o Projeto em tela está em condições de ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

a) Dep. Antonio Lopes Júnior — Presidente e Relator

(Ass. ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204-73, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Araçongas, um Curso de Jornalismo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

Sala das Comissões, em 10-10-73

(Ass. ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Ass. ilegíveis)

PROJETO DE LEI N.º 204-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araçongas, um Curso de Jornalismo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1973.

(a) — Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

Tem por escopo o presente plano de lei autorizar o Poder Executivo a implantar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araçongas, um Curso de Jornalismo, dando, desta forma, à mocidade daquela região, uma nova opção.

Além disso, a formação de jornalistas na região citada, virá, sem dúvida alguma, oferecer novos elementos especializados aos diversos órgãos de divulgação do norte do Estado, setor este que se vem desenvolvendo satisfatoriamente.

Em face das razões expendidas, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando-se-lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO

PROJETO DE LEI N.º 204-73

Autor: — Dep. José Muggiati Filho

I) — Conforme se depara pela Justificativa do Projeto, a iniciativa é das mais justas, pois o objetivo não é outro se não o de ampliar o campo de cultura nesta região.

II) — Quanto ao aspecto legal ou constitucional, nenhum óbice existe para antepormos ao Projeto, pois trata-se de medida meramente autorizatória.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10-10-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO

PROJETO DE LEI N.º 204-73

Autor: — Dep. José Muggiati Filho

I) — O objetivo do Projeto é oferecer maiores possibilidades e oportunidades aos estudantes da região próxima do município de Araçongas.

II) — A Comissão de Finanças compete a análise do Projeto quanto ao aspecto financeiro. Como se trata de uma autorização ao Poder Executivo, a quem cabe a destinação de verbas orçamentárias, não vemos qualquer impedimento à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13-10-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 204-73

AUTOR: Dep. JOSÉ MUGGIATI FILHO

PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado José Muggiati Filho, visa autorizar o Poder Executivo a criar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araçongas, um Curso de Jornalismo.

As Doulas Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças, em sua devida oportunidade, opinaram pela aprovação do Projeto.

No âmbito que lhe é próprio, esta Comissão não faz restrição à medida proposta, tratando-se de iniciativa que irá oferecer novos elementos especializados aos diversos órgãos de divulgação do Estado, setor este dos mais importantes no desenvolvimento do Paraná.

Face o exposto, opino pelo ACOLHIMENTO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

Rosário Pitelli — Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 258-73, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo fazer o Seguro de todos os veículos oficiais de seu uso e propriedade, na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 258-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a fazer o seguro de todos os seus veículos, destinados ao transporte dos titulares ou funcionários dos respectivos órgãos a que pertençam, inclusive, de risco contra terceiros.

Art. 2.º — O seguro de que trata o artigo anterior será efetivado com as diversas Companhias especializadas, mediante concorrência pública.

Art. 3.º — A Secretaria de Estado dos Negócios do Governo regulamentará a presente Lei dentro de noventa (90) dias.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1973.

(a) Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

O crescente número de acidentes com os veículos pertencentes ao Estado, destinado a transportar os titulares ou funcionários dos respectivos órgãos a que pertençam, faz com que tomemos a iniciativa da apresentação deste plano de lei, que se traduz, em última análise, em uma medida necessária e acatadora dos interesses públicos.

Não resta a menor dúvida que o fato de tais veículos se acharem seguros, virá trazer ao Estado grandes benefícios, pois verá este grande economia em não ter que pagar os valores referentes às indenizações respectivas, que totalizam uma enorme soma de dinheiro, além de trazer, também, grande comodidade, quer na esfera administrativa, quer na esfera do judiciário.

Em face das razões expendidas, apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 258-73

Autor: Dep. JOSÉ MUGGIATI FILHO

PARECER

O Projeto de Lei em testilha de autoria do nobre Deputado JOSÉ MUGGIATI FILHO, visa autorizar o Poder Executivo a fazer o seguro de todos os seus veículos, destinados ao transporte dos titulares ou funcionários dos respectivos órgãos a que pertençam, inclusive, de risco contra terceiros.

Estabelece ainda o Projeto que o seguro acima referido será efetivado com as diversas Companhias especializadas, mediante concorrência pública.

A medida ora enfocada se me parece das mais oportunas, visto o número elevado de acidentes com os veículos pertencentes ao Estado, em que o mesmo não necessitará ter que pagar os valores referentes às indenizações respectivas, além de trazer, também, conforme salienta o autor do Projeto, grande comodidade quer na esfera administrativa, quer na esfera judiciária.

Constitucionalmente, legalmente e formalmente, o Projeto é esboçado.

Opino pelo ACOLHIMENTO da Proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21-11-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Ass. ilegíveis)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 258-73, de autoria do nobre Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo fazer o seguro de todos os veículos oficiais de seu uso e propriedade, na forma que especifica, e dá outras providências.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e incorrendo, na eventualidade de sua aprovação, quaisquer implicações de ordem financeira, porquanto o plano de lei é meramente autorizatório, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente ao Projeto de Lei testilhado

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 1973.

(Ass. Ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Ass. Ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, encaminhando sugestão à douta Mesa-Executiva, no sentido de se proceder diligências visando a instalação, no edifício desta Assembléia Legislativa, de posto de qualificação eleitoral e de identificação, para facilitar o atendimento de centenas de pessoas que aqui vem diariamente para transferência de títulos, confecções desses documentos e carteira de identidade. — A consideração da Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 18-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de Redação Final para diversos Projetos de Lei. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 14-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de Redação Final, para o Projeto de Lei n.º 6-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do Dr. Hugo Damowski. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que sejam tomadas providências necessárias para dotar a Unidade Escolar "Presidente Médice", de benfeitorias diversas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente de Sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, no sentido do financiamento do soja, em armazéns ou tulhas, obedecendo pelo menos, as bases do ano passado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente de Sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de imediata construção de um viaduto na PR-72, à altura do campus da Universidade Estadual de Londrina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente de Sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações ao Dr. Ederaldo Soares, por sua eleição como Presidente da Associação dos Advogados de Londrina, extensivo aos demais membros da Diretoria. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 118-73, 123-73, 185-73;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 115-73, 204-73, 258-73;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 130-73, 136-73, 140-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala de Reuniões desta Casa, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, e presentes os Srs. Deputados Erondy Silvério, Ivo Thomazoni, Ovídio Franzoni, Quielise Crisóstomo da Silva, bem como o Sr. Deputado João Mansur, Presidente desta Assembléia, atendendo requerimento aprovado em reunião anterior. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Constatou da Ordem do Dia os seguintes processos: 1) — PROPOSIÇÃO N.º 53-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 19-74, cópia de convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Quatro Barras, para equipar a Delegacia de Polícia local. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 2) — O Sr. Deputado Ovídio Franzoni, apresentou relatório à Proposição n.º 51-74, concluindo que o Veto está em condições de ser apreciado pelo Plenário Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 23-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 14-74, encaminhando anteprojeto de Lei que visa majorar os vencimentos do funcionalismo do Estado. Relator Deputado Ivo Thomazoni. O Sr. Deputado Erondy Silvério solicita a palavra para justificar o requerimento feito na reunião anterior, agradecendo a presença do Sr. Presidente desta Casa. Em discussão todos os artigos da Mensagem em Pauta. O Sr. Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, sugere que a discussão seja adiada para a próxima semana, entendendo que assim haverá mais tempo para o devido estudo. Aprovada a sugestão. O Sr. Deputado João Mansur declara que sempre estará à disposição, para atender solicitação das Comissões. O Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes agradece o comparecimento do Sr. Deputado João Mansur, cuja figura só tem dignificado, engrandecido e enobrecido este Poder, sabendo compreender e auxiliar seus colegas, não medindo esforços para atender as solicitações feitas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE ATA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, às dezesseis horas, após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, compareceram os Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes, Ivo Thomazoni e Paulo Camargo, com o fim de realizarem a quinta reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Encontravam-se ausentes os Senhores Deputados: Ovídio Franzoni, Antônio Lopes Júnior, Erondy Silvério, Quielise Crisóstomo da Silva, Nelson Buffara, Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, Wilson Fortes e Sebastião Rodrigues Júnior. Não havendo número legal o Senhor Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitou fosse lavrado o termo de ata, nada ficando decidido ou apreciado. O Senhor Presidente solicitou, ainda, fosse efetuada convocação aos Senhores Deputados para reunião extraordinária, amanhã, quinta-feira, às quatorze horas Nada mais havendo a constar lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado, será assinado pelo Senhor Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão

Sala das Reuniões, em 24 de abril de 1974.

aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária